

**Relato de experiência de lesbofobia vivenciada por uma professora na rede pública**

Clara HankeErcoles<sup>1</sup>  
Eliane Maio<sup>2</sup>

**Resumo:** Este relato tem por objetivo não apenas narrar sobre um caso de lesbofobia vivenciado por uma professora de uma escola municipal pública, mas de problematizar acerca dessa violência e da importância do não silenciamento. Para isso, será posta em discussão a heteronormatividade presente na escola, no Currículo escolar e na imagem estereotipada de professoras. Também entender qual é o espaço da lésbica no trabalho e o conceito de violência simbólica, a partir do ocorrido, quando a professora foi chamada para uma reunião na escola sem aviso prévio, porque expôs para suas alunas e alunos de duas turmas de quinto ano do Ensino Fundamental I que tinha uma namorada ao discutir sobre o assunto famílias em sua aula e ser questionada sobre sua dinâmica familiar. O fato gerou reação de uma suposta mãe que reclamou na escola e que resultou nesta reunião, que foi solicitado a ela que fosse sutil e que evitasse esse tipo de assunto para essa faixa etária e para essa comunidade religiosa. Não concordando com tal postura, a professora procura a diretora do ensino fundamental na Secretaria de educação, que tenta acalmar a situação, sendo verbalmente naquele momento de reunião a favor da professora e substituindo o termo “sutil” para “ética”. É preciso que o espaço escolar não imprima sua matriz heterossexual no corpo docente e discente, marginalizando de seus Currículos a pluralidade de relacionamentos, como o lésbico. Sendo assim, não permitir que uma professora que está dentro de um relacionamento lésbico ser impedida de responder aos alunos e alunas apenas para perpetuar as sexualidades hegemônicas e produzir em seu corpo a heterossexualidade é uma violência simbólica que precisa ser apontada e visibilizada, pois ela é sutil e imperceptível e resulta no fortalecimento do Poder e silenciamento da vítima.

**Palavras-chaves:** educação pública; sexualidade; lesbofobia.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Maringá; mestranda do programa de pós-graduação em Educação da UEM; claraercoles@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação Escolar; Psicóloga; Professora da Universidade Estadual de Maringá; e-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br.

## **Introdução**

Este trabalho tem por objetivo duas funções: primeiro, relatar um caso de lesbofobia vivenciado por mim, Clara, uma das autoras dele, detalhando o porquê se deu, como foi e como eu reagi a tal violência. Também objetiva analisar como a escola é um espaço heteronormativo, tanto na produção quanto na reprodução, através de discussões e reflexões trazidas por Guacira Louro (2003). E que para isso é necessário garantir um Currículo que exclua identidades que não seja de interesse político da burguesia, como Tomaz Tadeu da Silva (2011) propõe. Para a formação dessas identidades, é necessário que professores e professoras tenham uma imagem estereotipada para garantir a cis-heteronormatividade, com respaldo em Louro (2003). E quando esses professores e professoras não se adequam a essa imagem, são lançados dispositivos disciplinares que discorre Foucault (1987), como é o caso dessa reunião escolar que será narrada. Por fim, entender como é para as lésbicas o ambiente de trabalho e como acontece a violência simbólica, discutida por Pierre Bourdieu (2003).

Este relato é sobre um fato que aconteceu comigo em uma escola pública municipal, no sul do Brasil. Proponho esse grande recorte para que não exponham pessoas, nem se determine o município, já que são poucos os que oferecem a língua inglesa no Ensino Fundamental I, posto que não é obrigatória a oferta.

Inicialmente já esclareço que a violência pode não ser entendida por algumas leitoras e leitores como algo impactante ou brutal, porém, faço este relato porque acredito que qualquer forma de lesbofobia deve ser visibilizada e colocada em discussão para que seus efeitos minimizem e que outras pessoas possam se reconhecer nesses casos e percebam que se trata de uma violência que não podem ficar caladas.

## **Desenvolvimento**

Sou professora de duas escolas municipais no período vespertino. As minhas aulas de inglês acontecem semanalmente e duram de uma hora e meia a duas horas, dependendo da organização escolar. O caso que será relatado aconteceu no período do primeiro bimestre de 2018. Os conteúdos para as turmas de quintos anos eram famílias e rotina diária, baseada na primeira e segunda unidade do livro de língua inglesa adotado pela rede.

Era meu primeiro ano nessas escolas, antes trabalhava em outra escola municipal. Gostei muito da equipe da escola que não será o foco desse relato, como também das turmas e do ambiente de trabalho. Tenho três turmas nessa escola. Mas pretendo descrever melhor o

contexto sobre a escola na qual vivenciei as experiências deste relato. Nesta escola, tenho quatro turmas, sendo duas delas quintos anos. Com essas duas turmas tenho um ótimo relacionamento. Vagaroso, porém, possível desenvolver um trabalho de trocas e de ensino-aprendizagem. É uma escola periférica e de contextos hostis. Por isso, tento fazer de minhas aulas o ambiente mais amistoso possível, com materiais extras lúdicos e buscando ouvi-las/los ao máximo, já que uma das maiores ansiedades deles e delas é não terem suas opiniões e dúvidas tomadas como importantes às adultas e adultos.

As aulas de inglês são separadas em assuntos e, a partir deles, são explorados os vocabulários e as estruturas de língua inglesa. Iniciamos com a problematização do assunto exigido pela Secretaria de Educação (SEDUC), com perguntas que tomam o conhecimento prévio das alunas e alunos e que façam refletir sobre. Na aula a ser relatada neste trabalho o assunto era famílias. E o fato se deu na primeira aula quando iniciamos por meio da problematização, que será relatado no próximo item.

### **Relato sobre as aulas**

Introduzi o conteúdo família em quatro turmas de quinto anos, duas turmas para duas escolas municipais diferentes. Na primeira aula houve o momento de problematização, seguida de uma discussão oral de forma lúdica, usando cartazes que ilustravam famílias de desenho animado, sendo: 1- Simpsons, representando a família hegemônica, 2- Meu Malvado Favorito I, II e III, tratando sobre adoção e a reconstituição familiar (que se amplia ao longo dos três filmes), 3- Frozen, explorando sobre a perda de familiares, 4- Procurando Nemo, que, além de tratar da perda de familiares, ainda mostra a ajuda e apoio da comunidade. 5 – A família do Jeff, de “Clarêncio, o otimista”, cuja família é formada pelo personagem e suas duas mães, que são um casal lésbico.

Interagimos sobre nossos formatos de família e, nesse momento também compartilhei sobre a minha, formada pelo meu filho e eu. De diversas formas as alunas e alunos souberam sobre eu ter uma namorada. Em duas das turmas, perguntaram se eu tinha marido, já que eu tinha um filho. Ao dizer não, logo perguntaram se eu tinha namorado. Então, eu dizia que tinha e especificava que era uma namorada. Outros momentos, comentei que me identificava com a família do Jeff, pois tinha também uma namorada. Tal assunto desperta muito a curiosidade deles e delas e me procuram em momentos de refeitório e em sala de aula para saber mais, conhecendo sobre esse modelo não hegemônico de relacionamento.

Com relação às reações das duas escolas, em uma delas não houve qualquer problema ou questionamento sobre a concepção metodológica, nem mesmo pontuações de familiares. Entretanto, na escola de análise, a equipe diretiva chamou duas representantes da Secretaria de Educação do município para uma reunião sem que houvesse uma discussão anterior ou qualquer aviso prévio.

### **Relato da reunião na escola**

A primeira reunião que foi na escola aconteceu antes mesmo que minha aula completasse uma semana. Fui tirada de sala de aula sem aviso prévio e fui para a sala da diretora sem ao menos saber sobre o que se tratava esta reunião. Fiquei bem assustada ao entrar, por haver lá tantas pessoas, sendo elas: a diretora, a supervisora e a orientadora da escola, juntamente com a assessora do ensino fundamental e a assessora de língua inglesa.

As questões a serem discutidas eram: eu me recusar a fazer oração no momento de entrada na escola, sendo que a escola pública é laica, mas neste momento não discorrerei sobre isso, por não ser o foco central deste relato. E o segundo assunto era sobre as reclamações de muitos pais e mães por eu estar falando sobre minha vida pessoal, que depois foi pontuado que a razão era eu ter verbalizado às crianças sobre eu ter uma namorada. Segui explicando que essa é minha concepção metodológica, baseada na sinceridade e no meu direito de ensinar e de eles e elas aprenderem sobre tal diversidade familiar.

O fato é que, desses “muitos pais”, na verdade, era apenas uma mãe que apareceu na escola dizendo que iria organizar um abaixo-assinado contra mim por falar de minha vida pessoal em sala de aula. Que nada mais era sobre eu ter exposto sobre ter uma namorada. Eu não tive acesso a essa mãe, não vi nem comentaram nada comigo anteriormente sobre isso na escola. Tomei conhecimento no momento dessa reunião. Até questioneei, ironicamente, se haveria tamanha mobilização quando eu falasse que eu tinha dois gatos em uma aula que tratasse sobre animais.

Argumentei sobre livro de língua inglesa adotado pela rede municipal de ensino que sugere que seja trabalhada toda a diversidade familiar, inclusive as “famílias que tem dois pais e duas mães” (conforme citado no anexo do Livro do Professor, do livro didático adotado pela SEDUC). Conforme conversávamos, ficava claro que o motivo daquela reunião era discutir o porquê foi dito às crianças que eu tinha uma namorada, ficou explícito não se tratar de discutir a minha prática pedagógica. Depois sugeriram que esse assunto não era adequado para essa faixa etária, que para assessora de língua inglesa, a Base Nacional Comum de língua inglesa

expõe que deve ser trabalhado no Ensino Fundamental II. Mas o que não foi dito é que esse documento é organizado para Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Não há um para o Fundamental I. E por não existir não quer dizer que esses assuntos não devam ser trabalhados ou que sejam inadequados a tal faixa etária. Argumentei sobre o direito da criança em conhecer essa pluralidade, para cultivar o respeito, pontuei que iria, sim, falar de minha vida pessoal quando questionada.

Ficou decidido que eu devo ser “sutil”, como sugeriu a assessora de língua inglesa, quanto a minha apresentação de vida pessoal, pois a comunidade desta escola “não está preparada” para essas discussões, conforme registrado em ata. Neste ponto indaguei duas problemáticas: 1- se a comunidade não está pronta, assim é que se faz mais necessário falar sobre, pois falta conhecimento científico cuja responsabilidade pertence à escola, preparando e lidando com isso. 2 – o que significaria “ser sutil” de forma prática? Que foi respondida para que eu fosse discreta quanto ao que dizer, não ficasse falando quanto a minha vida pessoal. De preferência nem falasse sobre eu me relacionar com uma mulher, já que era um assunto “polêmico”. Fui ácida ao perguntar se eu deveria, então, mentir quando alguma criança perguntasse quanto ao meu relacionamento, já que essa pergunta é bem comum e com certeza seria feita novamente. Ela se contradisse ao responder que eu poderia, sim, falar a verdade, mas sempre mudando de assunto em seguida, trazendo a atenção dos alunos e alunas para a aula.

Problematizo e problematizei às duas assessoras, quando que uma delas da SEDUC teve que sair de seu espaço para ir a uma escola por que uma professora heterossexual disse aos alunos e alunas que é casada com um homem. A resposta, não muito direta e meio confusa era: porque este assunto é mais polêmico.

Sobre o tão “polêmico assunto”, ou seja, uma mulher amar outra mulher, foi comparado pela assessora do ensino fundamental a casos extraconjugais. Ela me questionou, colocando em igualdade as “polêmicas”, se eu contaria às crianças se estivesse traindo em um relacionamento apenas por ter sido questionada. Eu fiquei estarecida com tal comparação e respondi que não achava proporcional, porque amar uma mulher não deveria ser comparado à falta de caráter de um relacionamento. Em outro momento a assessora de língua inglesa comparou que falar de homossexualidade no Ensino Fundamental I é tão polêmico quanto um professor querer falar sobre legalizações de drogas, mesmo que ele acredite ser positivo, ou seja, não é porque eu ache válido e necessário falar de pluralidade de famílias que isso seja “adequado”. Foi pontuado que eu representava a escola e toda a equipe dela e que, assim, deveria ter cuidado com o que falo. Eu não perdia minha energia de fala, porém, escutar

colocações como estas, de pessoas que estão à frente de uma secretaria de educação, era como ser golpeada com socos. É como se a minha existência atrapalhasse o mundo.

Em alguns momentos eu manifestava meu incômodo com essa situação de ter que reunir tantas pessoas para tratar de um assunto que não era meu trabalho pedagógico, mas de minha vida pessoal. Mas elas respondiam que não era uma sentença, mas um momento de conversa “tranquila” e estava sendo registrado em ata porque se houvesse mais alguma reclamação seria mais fácil para elas me defenderem, porque essa conversa aconteceu e já foi esclarecido. Mas o que me pergunto hoje é: por que precisaria de cinco pessoas para tal registro?

Antes que se encerrasse a reunião, ainda tive tempo de escutar da assessora de Ensino Fundamental o termo “ideologia de gênero”. Então, eu pude testemunhar que há pessoas que estão à frente da nossa secretaria de educação muitas vezes sem formação suficiente para o cargo, sem conhecimentos básicos sobre o assunto de gênero e sexualidade. E ainda toma como verdade discursos midiáticos que perpassam por nossa sociedade e instituições religiosas que formam pensamentos manipuláveis e não-reflexivos. Apenas tentei ter a paciência de explicar as discussões em gênero e sexualidade e ponderar que não se trata de uma ideologia.

Assim, em ata ficou decidido, além de algumas ações sobre a oração no espaço escolar, que eu deveria ser mais “sutil” com que falo nessa comunidade escolar e que o que aconteceu foi apenas uma resposta de alunos e alunas que me questionaram sobre meu relacionamento.

Depois dessa reunião, fico-me questionando se as demais professoras e professores da equipe sabem ou não, se apoiam essa atitude ou não. Ao entrar nas salas de quinto ano, fico sempre em estado de alerta, pensando se algum aluno ou aluna está perseguindo-me por ordem da família, fico com a sensação de estar sendo observada, mas tento não deixar afetar a minha relação com eles e elas. Tento não deixar que aquela abordagem na reunião afete meu trabalho e meu afeto com as turmas. A propósito, não quis saber quem era essa mãe, nem de qual aluna/o. Não acho que seria bom para mim ter acesso a essa informação.

Eu sabia que reuniões como esta não deveriam ter acontecido. Entretanto, ainda estava muito confusa. Graças a uma amiga dentro da SEDUC que me alertou que isso se tratava de assédio moral e graças a meu grupo de pesquisa em gênero e sexualidade a Universidade, consegui apoio para levar um pouco mais adiante essa situação, entendendo como uma forma de violência, assédio e que não me deveria calar. Penso que muitas professoras e professores, por não ter conhecimento ou apoio podem ter-se calado em

situações como esta. Então, decidi levar mais adiante, levando para as diretoras de Ensino Fundamental na SEDUC, que será relatado no próximo item.

### **Relato da reunião na Secretaria de Educação**

Marquei na Secretaria Municipal de Educação uma reunião com a diretora no Ensino Fundamental do ensino regular. No dia da reunião, a diretora do Ensino Fundamental do ensino integral também participou junto.

Nessa reunião levei dois assuntos para discussão: 1 – a maneira como fui abordada na reunião da escola e 2 – como ficaria para mim, enquanto funcionária do município, ser “sutil” sobre minha própria identidade? Elas demonstraram estar bem contextualizadas sobre o ocorrido, tanto que iniciaram falando sobre as orações no ambiente escolar, mesmo eu não tendo levado como pauta discutir sobre isso naquele momento.

Elas foram muito receptivas em me ouvir e me tranquilizar sobre a abordagem da escola. Pareciam saber que era uma situação que eu poderia apontar como assédio, então, precisavam agir de maneira que me acalmasse e me sentisse entendida e protegida naquela instância. Relatei tudo o que aconteceu e elas ouviram e me responderam que a escola não agiu corretamente, mas imaginavam que a escola havia agido dessa forma porque estariam cuidando para que não acontecesse novamente alguma denúncia de familiares. Questionei sobre o “ser sutil”, termo a qual elas substituíram por “ser ética”. Que o que fiz não foi errado e que não deveria me abalar com reunião da escola, pois eu havia sido ética respondendo aos alunos e alunas, porque essa é a postura correta em um ambiente profissional. Foram muito cuidadosas com relação às palavras comigo, demonstrando estarem de acordo com minha postura e não achando adequada a postura da escola.

Se houve ou não uma conversa entre as diretoras de ensino com a escola, eu não tenho ciência. Mas o ambiente melhorou e passou haver mais respeito e menos olhares julgadores, além de não ficarem questionando minha postura em sala de aula.

### **Análise das situações deste relato**

Primeiramente, Louro (2003) discorre sobre a importância de reconhecermos que gênero passa pelas instâncias sociais, seja a justiça, a igreja, a política e a educacional. Não apenas as questões de gênero, mas de classes, étnicas etc. Em nossa sociedade que entende

gênero em uma lógica binária, ou seja, resumida apenas em feminino e masculino, ignorando ou negando todas as demais identidades de gênero. Romper com essa dicotomia é um afronta à matriz heterossexual.

A escola, para Louro (2003), para além de entender sobre diferenças e desigualdades, também produz. E essa diferença, é claro, abarca questões de gênero, pois separa meninos de meninas. Ela delimita e institui o que pode e o que não pode.

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. (LOURO, 2003, p.58)

Quando a escola marca uma reunião sem aviso prévio com várias pessoas que ocupam cargos acima do meu para pontuar o que devo ou não devo dizer aos meus alunos e alunas é uma forma clara de exercer poder, delimitando meu espaço de fala e de produção da sexualidade hegemônica heterossexual em meu corpo. Não poder dizer que tenho uma namorada, não só invisibiliza minha identidade lésbica, mas produz, estampando a matriz heterossexual.

A escola é (re)produtora das concepções heteronormativas e de gêneros binários, assim como o padrão social. Sendo assim, todos e todas que fazem parte dela são sujeitos femininos ou masculinos heterossexuais.

Transgredir tais normas, ensinando e visibilizando identidades não-hegemônicas, é ir além de cumprir conteúdos curriculares, mas uma forma de atuação política, de confrontar as relações de poder.

Longe de minha aula tratar-se diretamente sobre Educação Sexual, mas por suscitar reflexões acerca da diversidade sexual que compõe os arranjos familiares, por que a escola, enquanto formadora de cidadãos e cidadãs, nega-se a problematizar sobre sexualidades não hegemônicas?

Para discutir sobre o Currículo, Tomaz Tadeu da Silva (2011) aponta que é uma questão de identidade, não só de conteúdos. Há uma seleção de quais identidades serão e não serão contempladas. "Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder" (SILVA, 2011, p. 16). Desse modo, o Poder é que seleciona o que faz ou não parte desse currículo, que, por

consequência, contempla as identidades matrizes, marginalizando as demais não-hegemônicas.

A escola é o espaço para a ordem social, para isso precisa ditar o que é “normal” e segregar o que é “anormal”, por meio da ética e dos valores. Não é estranho quando uma assessora sugira que seja “sutil” ou uma diretora de educação sugira ser “ética”. São as características que me permite enquanto sujeito marginal ser “tolerado” dentro do espaço escolar. Mesmo que o livro didático permita a representação familiar não-hegemônica, mesmo que eu seja esse exemplo familiar, é melhor não mostrar as crianças que esses arranjos acontecem realmente na sociedade, para garantir que a heteronormatividade perdure e domine seus corpos, a fim de que atenda às expectativas políticas da burguesia, moldando esses corpos para a vida privada e familiar.

Podemos pensar como Guacira Louro (2003) que não “cabe” no Currículo escolar qualquer identidade considerada a correta. “As políticas curriculares são, então, alvo da sua atenção, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente ‘sãos’”. (LOURO, 2003, p. 130). A sexualidade pichada nos muros escolares, desenhadas nas carteiras em sala de aula, sussurradas nos cantos da escola existe e resiste na Escola, contudo, está silenciada nos Currículos.

Tal Currículo formata não só estudantes, mas quem ensina. Professores e professoras precisam estar disciplinados e disciplinadas para que disciplinem. Precisamos refletir na imagem ideal deles e delas para entender que essa construção social de mestres e mestras modelos atende as demandas cis-heteronormativas.

Louro (2003) aponta que a profissão é vista como um sacerdócio que exige qualidades tais como ser bom ou boa, firme e piedoso ou piedosa, assemelhando a figura docente à de “mãe espiritual”. Enquanto as professoras são as “tias” solteiras devota da educação, os professores são representados de “orientadores espirituais” à “severos educadores”. Assim, cabe a eles e elas corresponderem ou não a essa imagem da profissão professor/a na sociedade. “Diversos grupos e vozes desenharam esses sujeitos. Do outro lado, eles e elas acataram, adaptaram ou subverteram esses desenhos. Relações de poder estavam em jogo aqui — como em todas as instâncias sociais.” (Louro, 2003, p. 100). Então, as opções que restam a esses e essas profissionais são: ser essa imagem, adaptar-se a ela ou romper com tais estereótipos.

Quanto a mim, tenho que minha imagem rompe com os estereótipos que a escola requer. Por isso passei por tais situações e repreensões, pois é preciso adequar minha imagem a hegemonia ou ao menos me fazer adequar, vivendo minha vida particular fora da escola e

dentro dela, garantindo a matriz heterossexual. Como eu rompo, tenho e terei que lidar sempre com a imagem destoante da figura ideal de professora.

Louro (2003) lembra que até mesmo os trajés devem ser assexuados, de vida pessoal “discreta” e “reservada”. Apesar de meus trajés não serem algo tão conflitante diretamente com a matriz heterossexual, minha vida pessoal não é reservada, o que faz lembrar novamente as sugestões em ser “sutil” e “ética”.

Contudo, ainda não é possível uma única representação identitária de professores e professoras. E muitas professoras feministas, dos estudos negros e dos estudos de gênero e sexualidade buscam subverter as desigualdades nas escolas, ainda timidamente. Ser professora que assume e responde com tranqüilidade suas alunas e alunos que se relaciona com uma mulher é, também, uma atitude política e é entendida pelo Poder como subversiva porque nossa sociedade é cis-heteronormativa, e traz a tona a problematização das desigualdades.

Ser professora lésbica no contexto público de educação, em si, já é um desconforto para o Poder. Quando essa professora assume publicamente sua identidade, então, é subversão, é atitude política. Nosso corpo lesbo precisa ser dominado pelas instâncias de poder, tornando-se submisso por meio do medo.

Assim, quando nós lésbicas ousamos transgredir, são entravas para controle. É preciso coibir nossos corpos por meio do medo, é preciso corrigir o que é anormal, através de dispositivos disciplinares, conforme Foucault (1987). Desse modo, a reunião escolar serviu como forma de amedrontar, para calar o meu corpo, foi um dispositivo de controle e uma forma de violência simbólica e sutil.

Descreeveria que essa violência aconteceu de forma sutil, quase que imperceptível em primeiro momento. Apenas meu sentimento apontava um desconforto que não conseguia nomear como violência. Assim aponta Bourdieu (2003), conceituando a violência simbólica como “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última estância, do sentimento”. (Bourdieu, 2003, p. 7). Assim foi a sensação que tive ao sair da reunião: um sentimento de ter sido violentada sem saber ao certo nomear essa violência, nem apontar o que me incomodava diretamente.

As instituições como família, Igreja, Escola e Estado precisam garantir sua estrutura de poder, seja através da violência física ou simbólica, a fim de dominar e de ter essa relação de dominação naturalizada. Bourdieu (2003) aponta a incorporação de classificações

naturalizadas, construídas historicamente, como por exemplo: masculino/feminino, branco/negro etc, faz do ser social um produto, que evidencia o/a dominante e o/a dominado/a. Assim, o/a dominante oprime por meio da invisibilização da existência legítima dos/as dominados/as, requerendo deles e delas a “discrição”, sendo obrigados/as a impor. Por isso, vários movimentos lutam por visibilidade. A invisibilidade é a recusa à existência legítima e pública. É falar para uma professora que se relaciona com uma mulher que ela não pode falar que tem esse tipo de relacionamento porque é inadequado para a idade de sua turma, porque é inadequada a essa comunidade e porque é inadequada essa postura nada sutil.

Nesse contexto, as lésbicas podem optar por uma vida pública “heterossexual” aliada à vida íntima homossexual, ou subverter a heteronormatividade, vivenciando sua identidade lésbica tanto na vida pública quanto íntima. Eu escolhi a segunda opção. E sei que a sociedade, principalmente a escola, seria hostil, pois não se trata apenas de uma relação amorosa. Em uma sociedade lesbofóbica, ter um relacionamento lésbico assumido é uma atitude política, como já disse anteriormente. Mas penso que para mim seria muito mais violento ter um relacionamento sem o conhecimento público. É violento quando uma criança em sala de aula me pergunta “Você tem namorado?”. A violência não está na criança, não está na pergunta dela, mas na sociedade que insiste em imprimir em nossos corpos a heterossexualidade como norma.

O fato é que independente de ter declarado ou não minha lesbianidade, a violência acontece. A heterossexualidade como norma hegemônica me lembra todo dia que estou fora de seus padrões. Isso pode resultar em mim e nas demais lésbicas a invisibilidade ou a estigmatização, desse modo manifestando a violência simbólica.

Por fim, por meio desse relato e análises, espero ter provocado a importância de refletirmos sobre a lesbofobia e da luta em nossos ambientes de trabalho e escolares para que possamos ao menos amenizar o poder da matriz heterossexual que nos imprimem diariamente em nossos corpos lesbos sem nossas autorizações e consentimentos, marginalizando o que há de mais nobre na nossa humanidade: amar, quer seja um homem ou uma mulher, ou qualquer identidade de gênero nesse leque chamado diversidade.

### **Conclusões ou considerações finais.**

Apesar de toda luta e reivindicações do grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) a lesbofobia acontece no espaço escolar. Professoras lésbicas podem passar por situações de violência (seja física, simbólica ou etc) dentro da instituição escolar, que é uma

forma de Poder, um dispositivo de controle de corpos discentes e docentes que precisam garantir a norma cisgênera e heterossexual para a sociedade.

Não ceder a esta instituição de Poder é visto como transgressão e seu corpo será convidado à punição. Uma punição que pode variar entre a sutileza à punição explícita. No caso do meu relato, foi uma reunião que serviu de dispositivo de controle do meu corpo, cuja escola insiste em produzir nele marcas heterossexuais, para formação de indivíduos heterossexuais. A partir do momento que dou voz ao meu corpo como lésbico, ele necessita ser vigiado, punido e controlado.

Precisamos romper com esse controle, denunciando, levando essas discussões às academias e militâncias, apoiando quem sofre ou sofreu tais violências e nos fortificando enquanto indivíduos para que, quando essas instituições de Poder vierem nos vigiar e punir, possamos estarmos prontas e prontos para subverter.

### **Referências**

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.